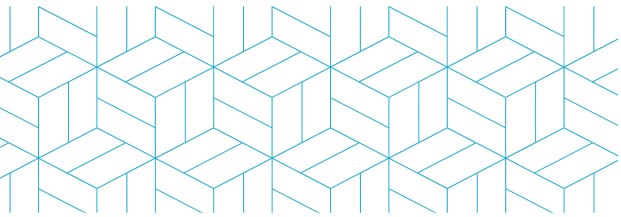
RBR Infra DI Renda Mais



Março 2026 | Relatório Mensal

RBR Infra DI Renda Mais

Março 2026 | Relatório Mensal

Resultado

11,78% a.a. *Dividend Yield* no Mês	12,92% a.a. *Dividend Yield* Acumulado[1]
R$ 0,93 / cota Rendimento do Mês	R$ 99,75 Cota Patrimonial

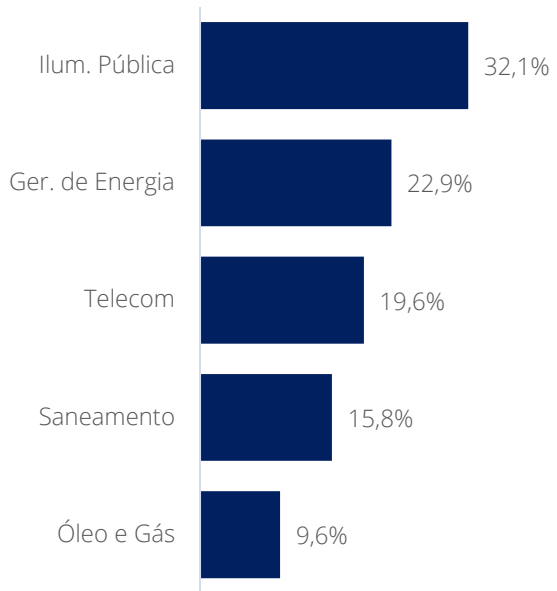
Alocação

CDI + 2,93% a.a.
Carrego do Portfólio[2]

14
Operações Investidas

4,6 anos
Duration Média do Portfólio

Alocação por Setor[2]



Aquisições no mês: IBIP11 (4,7% PL); CRI Alta (2,9% PL)

Vendas no mês: CICC (24,2% PL)

Outras Informações

Cadastre-se em nosso Mailing	Fale com o RI
Clique Aqui	contato@rbrasset.com.br

Conheça nossas estratégias de Investimento

R$ 4 bilhões Sob Gestão no Brasil e nos EUA, com foco no mercado Imobiliário e em Infraestrutura

Desenvolvimento Imobiliário	Brasil; Estados Unidos
Infraestrutura	RBR Renda Mais — RBR Infra DI Renda Mais RBRJ11 — RBR Infra Crédito FIC INFRA RF RBR CDI FIP — RBR Infra Crédito CDI FIP-Infra RBR PRÉ FIP — RBR Infra Crédito Pré FIP-Infra RBR PRÉ II FIP — RBR Infra Crédito Pré II FIP-Infra
Ativos Líquidos Imobiliários	RBR FOF — RBR FOF IMOBILIÁRIO FIF – CIC MULT

Investindo de Um Jeito Melhor
Conheça nossa abordagem ESG

Resumo	set-25	out-25	nov-25	dez-25	jan-26	fev-26	mar-26	Início
Dividendo (R$ / cota)	1,25	1,25	1,25	1,05	1,00	0,93	0,93	**11,79**
Cota Patrimonial (R$)	101,49	102,15	101,44	100,89	100,76	99,93	99,75	**100,10**
Dividend Yield (a.m.)	1,18%	1,22%	1,23%	1,04%	0,99%	0,93%	0,93%	**1,02%**
Dividend Yield (a.a.)	15,15%	15,71%	15,83%	13,23%	12,58%	11,76%	11,78%	**12,92%**
***Benchmark (a.a.)*[3]**	15,66%	16,43%	13,39%	15,66%	14,90%	12,64%	15,40%	**14,57%**
Cota Ajustada[4]	1,32%	1,81%	0,57%	0,73%	0,93%	0,25%	0,80%	**11,16%**
Benchmark[5]	1,22%	1,28%	1,05%	1,22%	1,16%	1,00%	1,20%	**13,28%**

[1] Acumulado desde o início do fundo em 06/05/2025. [2] Refere-se à alocação do portfólio em debêntures, desconsiderando o caixa e outros ativos. [3]Benchmark: CDI. [4]Cota Patrimonial acumulada desde o início do fundo e ajustada pelas distribuições. [5]CDI acumulado desde o início do fundo.

Nota do Gestor

Caro investidor,

Renda+. O RBR Infra DI Renda Mais ("Fundo") integra a família de fundos Renda+ da XP, com prazo determinado com 7 (sete) anos de duração, com foco em investir os recursos captados ao longo dos primeiros 2 (dois) anos e, após tal período, os recursos investidos pelos cotistas, quando recebidos pelo fundo no âmbito das operações, passarão a ser devolvidos até a total liquidação do fundo. Mensalmente, os cotistas fazem jus à distribuição dos rendimentos auferidos pelo fundo.

Tese. A tese de investimentos do RBR Renda+ é focada na aquisição de emissões de títulos de dívida de Infraestrutura no mercado primário, preponderantemente em ativos com risco projeto, combinando posições para carrego e potencial ganho de capital. A carteira do fundo é dividida em três books distintos – core, tático e yield. O book **core** é composto por emissões exclusivas com originação e estruturação proprietária ou emissões coordenadas por terceiros com participação ativa da RBR na estruturação, nas quais o fundo detém controle ou influência relevante em assembleias, com foco em operações de longo prazo e em estrutura de project finance. O book **tático** concentra-se em operações de alta liquidez, rating público e ampla distribuição no mercado, buscando ganhos de capital de curto e médio prazo, com viés mais oportunístico, com ênfase em movimentos de reprecificação de risco e upgrades de rating. Por fim, o book **yield** envolve emissões não incentivadas no mercado de infraestrutura, com foco em operações de duration mais curta, tais como bridge-loan e mini-perm, atuando como solução de capital transitória para projetos no setor.

Carteira. Encerramos o mês de março com aproximadamente 90,9% do Patrimônio Líquido do Fundo alocado, com R$ 146,8 milhões investidos em 14 (quatorze) ativos, em 5 (cinco) setores distintos. A taxa média de aquisição é de CDI + 2,93%[1] e duration média de 4,6 anos.

Rendimentos. Anunciamos a distribuição de rendimento de **R$ 0,93 por cota** referente a março de 2026 para os investidores. Tais rendimentos são isentos de IR para os cotistas pessoas físicas.

Equalização. A venda de R$ 14,9 mln de CICC e aquisição de R$ 7,5 mln de IBIP11 e R$ 7,4 mln de CRI Alta Energia decorre da harmonização do portfolio dos veículos geridos pela RBR, além de encaminhar o fundo para o enquadramento regulatório de máximo de 20% em cada papel.

Cota Patrimonial. A cota patrimonial encerrou o mês em **R$ 99,75**, com variação negativa de **-0,18%**. Tal impacto decorreu principalmente pelo descolamento entre o movimento do preço ANBIMA de determinados papéis líquidos e o movimento de fechamento das NTN-B's de referência (refletindo, de alguma forma, um aumento do spread a mercado de tais papeis). Tal aumento do spread impacta, ainda, a marcação do swap atrelado a cada uma das operações. Não enxergamos, no momento, que tal marcação reflete algum efeito de crédito específico nos papeis mais impactados, mas seguimos acompanhando com proximidade tais reprecificações e eventual necessidade de reavaliação das referidas posições.

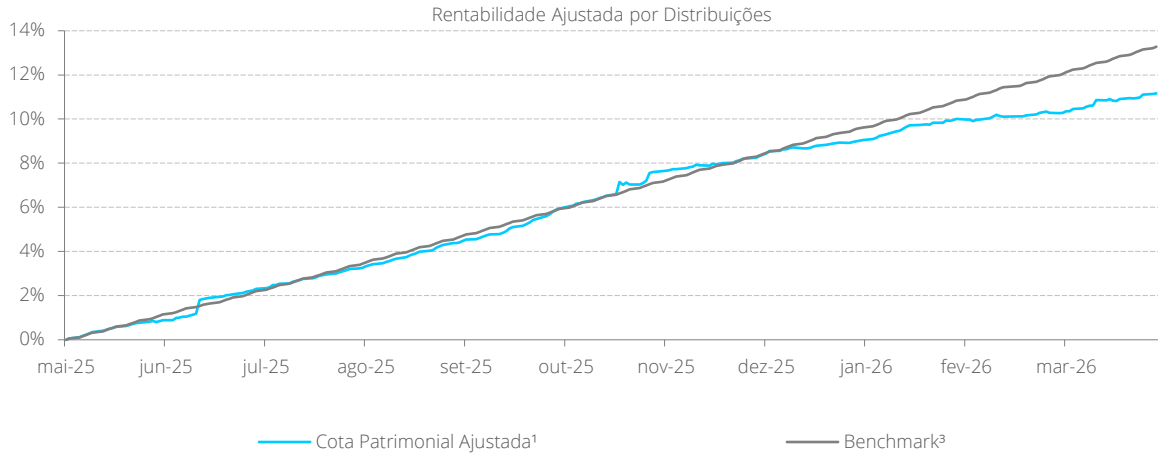
[1]A equivalência CDI+ das emissões indexadas ao IPCA são calculadas com base no DAP (contrato futuro de juros reais) de *duration* similar. [2]Internet Service Provider [3]Usinas Fotovoltáicas

RBR Infra DI Renda Mais

Março 2026 | Relatório Mensal

Performance

O gráfico e a tabela abaixo apresentam a rentabilidade da cota patrimonial do RBR Infra DI Renda Mais ajustada pelas distribuições de rendimentos. O fundo acumulou um retorno de 11,16% desde o seu início em Mai'25.



Rentabilidade		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano	LTM²	Acum.
2026	Cota Patrimonial¹	0,93%	0,25%	0,80%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,99%	-	11,16%
	Benchmark³	1,16%	1,00%	1,20%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,40%	-	13,28%
2025	Cota Patrimonial¹	-	-	-	-	-	1,34%	1,01%	1,11%	1,32%	1,81%	0,57%	0,73%	9,00%	-	9,00%
	Benchmark³	-	-	-	-	-	1,10%	1,28%	1,16%	1,22%	1,28%	1,05%	1,22%	9,55%	-	9,55%

Resultado

Resultado Renda+ (R$ / Cota)	jun-25	jul-25	ago-25	set-25	out-25	nov-25	dez-25	jan-26	fev-26	mar-26	Início
(+) Receitas	1,48	1,13	1,22	1,45	2,01	0,66	0,83	1,04	0,24	0,84	11,92
Debêntures Carrego	0,50	0,76	1,37	1,56	1,76	0,84	1,11	1,36	0,52	0,76	11,15
Debêntures Não Recorrente	0,58	-	-	-	0,49	-	-	-	-	-	1,07
Liquidez	0,65	0,72	0,19	0,27	0,14	0,13	0,09	0,07	0,05	0,08	2,93
Outros	(0,26)	(0,35)	(0,33)	(0,38)	(0,38)	(0,31)	(0,37)	(0,38)	(0,33)	-	(3,22)
(-) Despesas	(0,09)	(0,12)	(0,11)	(0,12)	(0,16)	(0,12)	(0,13)	(0,13)	(0,07)	(0,09)	(1,26)
(=) Resultado Líquido	1,38	1,01	1,11	1,33	1,85	0,55	0,70	0,92	0,17	0,75	10,66
(=) Cota Patrimonial EOP	101,43	101,35	101,31	101,49	102,15	101,44	100,89	100,76	99,93	99,75	100,10
(-) Recursos Distribuídos aos Cotistas	(1,10)	(1,15)	(1,15)	(1,20)	(1,25)	(1,25)	(1,05)	(1,00)	(0,93)	(0,93)	(11,42)
% *Dividend Yield Anualizado*	13,82%	14,50%	14,50%	15,15%	15,71%	15,83%	13,23%	12,58%	11,76%	11,78%	12,92%

¹Cota Patrimonial ajustada pelas distribuições. ²Últimos 12 meses. ³Benchmark: CDI

RBR Infra DI Renda Mais

Março 2026 | Relatório Mensal

Distribuição de Rendimentos

As distribuições de rendimentos aos cotistas do Fundo podem ser realizadas por meio de amortizações a título de rendimentos ou de principal. Em ambos os casos os recursos distribuídos são isentos de IR para o investidor pessoa física.

Mês / Ano	Distribuição (R$ / cota)	Data do Pagamento	Cota Patrimonial (R$ / cota)	D.Y. Mensal (a.a.)
mai/25	0,78	03/06/2025	100,88	9,68%
jun/25	1,10	09/07/2025	101,43	13,82%
jul/25	1,15	11/08/2025	101,35	14,50%
ago/25	1,15	09/09/2025	101,31	14,50%
set/25	1,20	09/10/2025	101,49	15,15%
out/25	1,25	11/11/2025	102,15	15,71%
nov/25	1,25	09/12/2025	101,44	15,83%
dez/25	1,05	12/01/2026	100,89	13,23%
jan/26	1,00	10/02/2026	100,76	12,58%
fev/26	0,93	10/03/2026	99,93	11,76%
mar/26	0,93	10/04/2026	99,75	11,78%

Resumo da Alocação do Fundo

Abaixo apresentamos a alocação do fundo considerando o patrimônio líquido ao final do mês de março de 2026. Nosso time está trabalhando na diligência e estruturação de novas emissões em diferentes fases de maturidade que serão investidas pelo Fundo.

Ticker	Emissor	Setor	Volume (R$ milhões)	% PL	Duration (anos)	Index.	Taxa MtM	Taxa Aquisição	Taxa Equiv. (CDI)	NTN-B Referência	Spread NTN-B MtM	Spread NTN-B Aquisição	Rating
Book Core			**48,8**	**30,2%**	**5,0**				**4,62%**				
CICC	Conecta Campinas	Ilum. Pública	39,1	24,2%	5,2	IPCA	12,96%	12,54%	4,51%	2030	477 bps	511 bps	n/a
IBIP11	Ibipar S.A.	Telecom	7,5	4,7%	4,2	IPCA	12,73%	14,00%	5,68%	2030	456 bps	559 bps	n/a
23H1317741	Órigo	Ger. de Energia	2,2	1,4%	4,6	IPCA	12,61%	11,14%	3,03%	2030	445 bps	296 bps	n/a
Book Líquido			**70,8**	**43,9%**	**4,7**				**1,34%**				
TEPA13	Brasil TecPar	Telecom	13,7	8,5%	3,8	IPCA	11,86%	11,39%	3,26%	2030	376 bps	357 bps	AA-
TUPW21	TUPI Energia	Ger. de Energia	13,2	8,2%	5,4	IPCA	8,88%	8,70%	0,76%	2032	106 bps	83 bps	AA-
IRJS14	Iguá RJ	Saneamento	8,7	5,4%	7,3	IPCA	8,50%	8,62%	0,80%	2035	87 bps	96 bps	AAA
VERO35	Vero S.A.	Telecom	7,6	4,7%	6,0	IPCA	9,60%	9,66%	1,77%	2032	173 bps	171 bps	A+
ENAT11	Enauta	Óleo e Gás	7,6	4,7%	2,0	IPCA	15,66%	8,07%	-0,66%	2028	725 bps	-17 bps	AA-
GATU11	Marangatu SA	Ger. de Energia	7,4	4,6%	0,8	CDI	1,00%	1,00%	1,00%	2026	-	-	n/a
ORIG12	Origem Energia	Óleo e Gás	6,5	4,0%	5,2	IPCA	10,26%	10,04%	2,12%	2032	234 bps	233 bps	A
UNEG11	UTE GNA	Ger. de Energia	6,2	3,8%	6,9	IPCA	8,85%	8,38%	0,58%	2035	120 bps	73 bps	A
Book Yield			**27,1**	**16,8%**	**3,4**				**4,04%**				
AEGE16	Equipav Saneamento	Saneamento	14,4	8,9%	3,9	CDI	2,98%	2,98%	2,98%	-	-	-	A
QLPA	QLUZ Participações	Ilum. Pública	8,0	5,0%	1,2	CDI	5,00%	5,00%	5,00%	-	-	-	n/a
25L2408810	CRI Alta Savassi	Ger. de Energia	4,6	2,9%	5,6	IPCA	12,04%	14,00%	5,68%	-	-	-	n/a
	Debêntures		**146,8**	**90,9%**	**4,6**	**CDI[1]**			**2,93%**				
Liquidez	Fundo de Zeragem	-	9,4	5,8%	-	CDI	-	-		-	-	-	n/a
Outros	Diferimentos, Provisões e Margem SWAP	-	5,4	3,3%	-	CDI	-	-		-	-	-	n/a
	Total		**161,5**	**100%**									

[1]A equivalência CDI+ das emissões indexadas ao IPCA são calculadas com base no DAP (contrato futuro de juros reais) de *duration* similar. [2]O caixa do Fundo é composto pela alocação em fundos de zeragem, os ativos de renda fixa (Tesouro SELIC) alocados em margem do DAP para os contratos de swap e, adicionalmente, o ativo contábil decorrente do diferimento de determinados custos da oferta, que são amortizados diariamente.

Descrição e Monitoramento dos Ativos

23H1317741 – CRI Órigo

As Cedentes da Operação são 13 SPEs subsidiárias da Órigo Energia que possuem os direitos associados a construção e operação de 7 UFVs. As UFVs possuirão juntas 23,8 MWp de capacidade instalada e Fator de Capacidade Médio de 22,3% (P90) e 23,3% (P50). A conexão será realizada na rede de distribuição da CEMIG (4 usinas em MG) e da Energisa MS (3 usinas no MS).
As UFVs foram locadas para a Cooperativa Órigo de Geração Distribuída por meio de contratos de locação com prazo de 20 anos. O valor do aluguel fixo é atualizado anualmente pelo IPCA. A Cooperativa realiza a locação de suas quotas para consumidores finais residenciais (PF) e MPEs (PJ) por meio de planos de 12 meses que objetivam a atribuição de créditos de energia e descontos na conta de energia dos cooperados. A Órigo Energia é a gestora da Cooperativa, sendo uma das líderes do mercado de geração compartilhada para clientes varejo no Brasil. A estrutura acionária da Órigo inclui fundos de investimento de gestoras locais e internacionais: I Squared Capital (49,37%), Augment (23,06%), TPG (12,04%), Blue Like an Orange (5,65%), Mitsui (3,68%), MOV (3,65%) e Outros (2,55%).

O racional de crédito da operação em estrutura de *project finance* é baseado no risco de construção e operação das UFVs e na locação das cotas da Cooperativa Órigo para o consumidor final. A dívida é sênior e possui um pacote de garantias reais e fidejussórias em primeiro grau, incluindo a alienação fiduciária das quotas das SPEs, máquinas e equipamentos e dos direitos de superfície, a cessão fiduciária dos direitos creditórios dos projetos e apólices de seguro. A estrutura conta ainda conta com

CICC12 e CICC22 – Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A.

A Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A. ("Conecta Campinas") é uma SPE que detém o contrato de concessão administrativa para desenvolvimento, modernização, expansão, eficientização energética, operação e manutenção da rede municipal de iluminação pública de Campinas, no estado de São Paulo, por um prazo de 13 anos (Mar'23 – Fev'36). No âmbito do contrato de concessão, a empresa é responsável pela (i) instalação de lâmpadas de LED em 124.484 pontos de iluminação; (ii) implantação de um sistema de telegestão para o parque de iluminação; e (iii) 421 projetos especiais de iluminação de destaque.

A concessionária é remunerada via contraprestação mensal advinda dos recursos arrecadados pelo Município de Campinas com a Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública ("COSIP"). A COSIP é cobrada pela distribuidora local (CPFL) na conta de luz dos consumidores do município e repassada para uma conta vinculada ao contrato de concessão. A contraprestação máxima é de BRL ~22 mln/ano (data-base Jun'23) e é reajustada a cada 12 meses pelo IPCA. 79% do valor da contraprestação é fixo, sujeito a um *ramp-up* conforme marcos contratuais de avanço na modernização do parque de iluminação pública. Os outros 21% são variáveis conforme apuração de um índice de desempenho operacional.

O racional de crédito da operação é hibrido combinando uma estrutura de *project finance* com garantias dos acionistas, e é baseado no risco de conclusão da modernização do parque de iluminação pública e arrecadação da COSIP. As dívidas são sêniores e possuem um pacote de garantias em primeiro grau que inclui a Alienação Fiduciária de Ações da Emissora, Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da COSIP, Direitos emergentes do Contrato de Concessão, Apólices de Seguro e Contratos do Projeto. Além disso, a emissão conta com fiança corporativa solidária dos acionistas. A debênture CICC12/CICC22 possui prazo de 10.5 anos , e taxa de aquisição de IPCA + 12.04% / IPCA + 14.74%, respectivamente,

Monitoramento. A concessionária concluiu o 1ª marco da concessão no dia 30 de abril de 2025, conforme limite estabelecido no contrato de concessão, com a modernização de 40.450 pontos de iluminação pública, 1.000 pontos de faixas de pedestre, 36 parques e bosques, 12 monumentos e 4 patrimônios que contemplam a iluminação de destaque. A concessionária está em processo de cumprimento dos trâmites formais junto à prefeitura para obtenção do termo de aceite e o reconhecimento oficial da conclusão do marco pelo poder concedente. Após o aceite do Verificador Independente do contrato de concessão (Arcadis) a receita operacional bruta do projeto será majorada mais 33% da contraprestação máxima contratual. Em 31 de Outubro de 2025, a companhia concluiu o 2º marco da concessão, que engloba a meta de eficientização energética de 58%, modernização de mais 40.450 pontos, implantação de iluminação de destaque, 1.000 pontos de faixa pedestre, 4 bosques, 5 parques, 29 praças e 13 monumentos.

Descrição e Monitoramento dos Ativos

IBIP11 – Ibipar S.A.

A Ibipar S.A. (Companhia) é um provedor de serviço de internet (*Internet Service Provider "ISP"*) por meio de banda larga fixa via fibra ótica que atua em mais de 12 cidades do Estado de Minas Gerais (infraestrutura de rede de 5.350 km). A empresa atua desde a construção e gestão da infraestrutura de rede até a comercialização dos serviços (instalação, suporte técnico, cobrança e atendimento ao cliente). Ao final de 2024 a Ibipar possuía ~55 mil *homes connected* (nº de estabelecimentos efetivamente conectados à rede), Em Nov/2025, a Companhia foi adquirida pela Nicnet S.A. (Nicnet), outra *ISP que* possui uma operação focada na região metropolitana de Ribeirão Preto com uma base de 96,7 mil *homes connected.*

O racional de crédito da operação em estrutura de *project finance* e é baseado no risco de elevar a eficiência operacional da infraestrutura de rede existente. A dívida possui um pacote de garantias reais e fidejussórias em primeiro grau, incluindo a alienação fiduciária das quotas de subsidiárias coligadas, das ações da emissora, de máquinas e equipamentos, a cessão fiduciária dos direitos creditórios pela cedente, Garantia Fidejussória dos Avalistas (Nicnet).

Estratégia de Investimento Tática

IRJS14 – Iguá Rio de Janeiro S.A.

A Emissora é uma SPE que possui a concessão de 35 anos (até 2057) para prestação regionalizada de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos bairros Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Recreio no Rio de Janeiro (juntos representam 95% da receita da concessão), além dos municípios de Miguel Pereira e Paty do Alferes no mesmo estado. A tarifa da concessão é ajustada anualmente por uma fórmula paramétrica que considera as pressões inflacionárias sobre os principais custos da operação. A área da concessão abrange uma população de 1,2 mln de pessoas. A concessão tem perfil maduro, com altos índices de cobertura de água (95%) e esgoto (84%), atendendo um público em regiões nobres do Rio de Janeiro, composto principalmente por grandes condomínios (6% das conexões representam 2/3 do faturamento). O contrato estabelece metas para a universalização do atendimento: (i) 99% de cobertura de água; (ii) atender 90% da população com coleta e tratamento de esgoto; ambos até 2033, e (iii) reduzir as perdas de água de 61% para 25% até 2031.

A Iguá RJ planeja investir BRL 2,2 bln ao longo da concessão voltados para aumento da cobertura e obras consideradas de baixa complexidade (BRL 300 mln/ ano de 2023 a 2026), além de BRL 681 mln em projetos especiais não vinculados as metas da concessão. O investimento mais relevante refere-se ao pagamento da outorga fixa de BRL 7,3 bln (lance vencedor do leilão com 130% de ágio): (i) 65% pagos na assinatura da concessão (Ago'21); 15% pagos no início da operação (Fev'22); e a última parcela é devida em Fev'25 no valor BRL 1,46 bln; Estima-se que a concessão vai gerar ~BRL 57 bln em fluxo de caixa livre.

A concessionária SPE Iguá RJ é uma subsidiária integral da Iguá Saneamento. O grupo possui 15 concessões e 3 PPPs de saneamento em 6 estados diferentes (Receita Operacional Líquida ajustada de BRL 2,0 bln e EBITDA de BRL 870 mln em 2023). Devido aos financiamentos necessários para o pagamento da outorga da Iguá RJ o grupo apresenta uma alavancagem financeira elevada (7,1x ND/EBITDA em 2023). A estrutura acionária é composta pelo CPP Investments (29,9% direto), o AIMCo (10,8% direto), BNDESPar (10,9% direto) e fundos que que possuem investimentos indiretos complementares do CPP Investiments e da AIMco, geridos pelos dois controladores.

A emissão de debêntures foi estruturada com base no risco de geração de caixa futuro da concessão e conta com garantia adicional do acionista até a conclusão financeira do projeto no caso da primeira série (estrutura de *project finance* com recurso limitado aos acionistas). O nível de maturidade da concessão e a experiência da Iguá na operação desse tipo de ativo limitam os riscos operacionais. A equalização da estrutura de capital do projeto incluindo a quitação integral do empréstimo ponte e aportes adicionais de *equity* dos acionistas (risco *funding gap*) são os principais pontos de risco da estrutura sob a ótica de um *project finance* puro. A emissão recebeu rating brAA+.br pela S&P e os recursos serão utilizados para pré-pagamento parcial do empréstimo-ponte. O pacote de garantias das debêntures inclui a Cessão Fiduciária dos direitos Emergentes do Contrato de Concessão e das Contas Vinculadas, a Alienação Fiduciária das Ações da Emissora e Garantia Corporativa da Iguá Saneamento S.A. até a conclusão financeiro do Projeto. As garantias serão compartilhadas com os demais credores do Projeto na proporção do saldo devedor de cada credor. A estrutura da dívida conta com um ICSD mínimo de 1,2x para a SPE.

Em maio, a gestora de investimentos IG4 Capital anunciou a venda de sua participação de 3% na Iguá saneamento para o CPP Investiments. A IG4 era a responsável pela administração da Iguá por meio de um contrato de gestão, sendo a gestora e acionista dos FIPs Iguá e Mayim, que juntos detém 48,4% do capital social da Iguá Saneamento. Com a saída da gestora, o CPP e o AIMCo assumirão o controle dos fundos.

ENAT11 – Brava Energia S.A.

A emissora é uma empresa local independente de Exploração e Produção (E&P) de Óleo e Gás. A companhia conta com mais de 20 anos de histórico no mercado e possui capital aberto com ações listadas na B3 (Novo Mercado) desde fev/11. A companhia tem como maiores acionistas a Queiroz Galvão e a Jive Investments, e possui 33% das ações em *free float*.

A Bravo possui quatro ativos em produção:

- 45% do Campo de Manati (litoral Bahia): produção de aproximadamente 2,8mm m³/d de gás, reservas 2P de 10,5 mm boe. Manati é operado pela Petrobras que possui também contrato *take or pay* para aquisição de 100% do volume produzido no campo até jun/30, preço em reais, atualizado pelo IGP-M.
- 100% do Campo de Atlanta (litoral RJ e SC): concessão para produção de óleo até 2044. Produção média de 13,8 kboe/d, reservas 2P de 155,7 mm bbl. Operação própria desde 2018 por meio de um Sistema de Produção Antecipado - SPA que inclui um FPSO com capacidade de produção de 20,0 kboe/d.

Comparação entre o FPSO Petrojarl I do SPA e o FPSO Atlanta do SD

Estratégia de Investimento Tática

ENAT11 – Enauta Participações S.A

100% dos Campos Uruguá e Tambaú (litoral Rio de Janeiro): produção de petróleo, gás associado e gás não-associado na Bacia de Santos. Produção média de 5 kboe/dia em fevereiro de 2024. A plataforma utilizada para a exploração dos campos é o FPSO Cidade de Santos, que tem capacidade de produzir 25 mil bbl/dia de óleo e 10 mm m3/dia de gás.
23% do Parque das Conchas (litoral Rio de Janeiro): concessão para produção de óleo vigente até dezembro de 2032. O ativo é formado pelos Campos Abalone, Ostra e Argonauta e fica localizado na Bacia de Campos.. O Parque apresentou produção média de 32 kboe/dia em fevereiro de 2024.

A Enauta anunciou em fev/22 a decisão de investimento em um Sistema de Produção Definitivo - SD para o Campo de Atlanta com *CapEx* previsto de U$ 1,2 bilhão em sua primeira fase. O projeto de expansão inclui um *FPSO* com capacidade de produção de 50,0 kboe/d (2,5x o SPA) e previsão do primeiro óleo para meados de 2024. Até o término de 2023, a companhia já investiu aproximadamente U$ 714 milhões no projeto, o que incluiu a aquisição do novo *FPSO*. Segundo a companhia 90%, dos investimentos necessários para a conclusão da Fase 1 do projeto já foram contratados, incluindo um contrato de EPCI celebrado com a Yinson para as adaptações necessárias no *FPSO*.

A companhia apresentou dívida líquida de aproximadamente R$ 649 milhões ao final do quarto trimestre de 2023, relação dívida líquida / EBITDA de 1,0x. Os recursos da emissão serão utilizados para pagar parcela dos investimentos no projeto de expansão da capacidade produtiva do Campo de Atlanta e reforço do capital de giro da Companhia. A estrutura da dívida é corporativa, baseada no projeto de expansão e conta com índices financeiros e restrição de endividamento da Companhia até o limite de 2,5x Dívida Líquida / EBITDA. O pacote de garantias das debêntures inclui a Alienação Fiduciária de Ações da Enauta Energia S.A., Garantia sobre as ações de emissão da Enauta Netherlands B.V. e Atlanta Field B.V., Penhor dos Direitos Emergentes dos Contratos de Concessão de Atlanta e Manati e Fiança Corporativa das subsidiárias Enauta Energia S.A., Enauta Netherlands B.V. e Atlanta Field B.V.

UNEG11 – UTE GNA I Geração de Energia S.A.

A UTE GNA I Geração de Energia S.A. é uma SPE que detém a autorização para a implantação e a operação da Usina Termelétrica GNA I té 2050. O Projeto é localizado no município de São João da Barra (RJ) e possui 1.338 MW de capacidade instalada. A usina Termelétrica GNA I está em fase operacional sendo que o comissionamento ocorreu em Set'21. O Projeto possui um Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente de Contratação Regulado por disponibilidade de 610,9 MW com um prazo de 30 anos, sendo 23 anos remanescentes (2046) com 100% de inflexibilidade (receitas não dependem de despacho do ONS).

A Emissão conta com um pacote de garantias que inclui a alienação fiduciária das ações da emissora, cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos dos contratos de comercialização de energia, da autorização, contas vinculadas, apólices de seguros e outros créditos da emissora e SPEs e alienação fiduciária dos equipamentos. As debêntures contam ainda com fiança corporativa da Comerc Energia e das SPEs. As garantias são compartilhadas com o Credor do Swap que converte o fluxo financeiro da dívida para dólares americanos para compatibilização do serviço da dívida com o PPA. Adicionalmente, a Emissora possui Contrato de Suprimento de Gás celebrado com a Britsh Petroleum - BP por 23 anos (Jan'21 – Dez'43). A estrutura acionária do projeto inclui a SPIC Brasil Energia (33%), a Siemens (25%), a bp p.l.c. (13%) e a Prumo Logística (29%).
A emissão conta com fianças bancárias na totalidade da dívida até a conclusão técnica do Projeto, além de garantias reais a nível do projeto, como a alienação fiduciária das ações da Emissora e a cessão fiduciária dos PPAs do projeto. O Projeto possui um empréstimo com o BNDES garantido pelo KFW de BRL 1,8 bln. As garantias são compartilhadas com o KFW enquanto vigente o financiamento do BNDES. A emissão possui rating A emitido pela S&P em Mai'23.

TUPW21 – TUPI Energia

A Companhia é controlada pela Ibitu Energia S.A. ("Ibitu Energia"), que, por sua vez, é controlada pela gestora Castle Lake. A empresa opera 13 SPEs que gerenciam plantas eólicas em quatro clusters, complexo Icaraí, Taíba, Amontada, Riachão. As receitas são majoritariamente garantidas por PPAs com a Cemig GT e acordos no mercado regulado até 2033. Todas operacionais, conforme aferido nas demonstrações auditadas de 2025.

Recentemente (Jan'26), a Fitch Ratings atribuiu Rating Nacional de Longo Prazo 'AA (bra)', com Perspectiva Negativa, à primeira emissão de debêntures simples da Tupi. O rebaixamento reflete a redução do ICSD por conta do *curtailment* projetados para os próximos anos.

A operação conta com um robusto pacote de garantias, incluindo a alienação fiduciária de todas as ações da Ibitu e suas SPEs, as quais serão fiadoras, além da alienação fiduciária de todos os equipamentos e cessão fiduciária dos direitos creditórios, dos direitos emergentes da autorização e dos recebíveis, há uma conta-reserva no equivalente a 6 meses do serviço da dívida e covenants financeiros que restringem o pagamento de dividendos ao acionista em caso de DSCR consolidado ficar abaixo de 1,25x. Adicionalmente, há limitação para contratação de endividamento adicional, desinvestimentos e aquisições.

Descrição e Monitoramento dos Ativos

TEPA13 – Brasil Tecnologia e Participações S.A.

A emissora é a 8ª maior empresa de banda larga fixa do Brasil em número de acessos, atuando desde a construção e gestão das infraestrutura de rede até a comercialização dos serviços (instalação, suporte técnico, cobrança e atendimento ao cliente). A companhia fornece acesso à internet via fibra ótica, serviços de TV por assinatura, telefonia fixa, soluções em nuvem, suporte de T.I. entre outras soluções voltadas à conectividade e tecnologia. O público-alvo é composto tanto por clientes B2B quanto B2C, em uma proporção de receita total de 70/30 respectivamente em dez/24.

A companhia possui mais de 168 mil km de rede sob gestão, sendo 97,7 mil km de rede de longa distância e 71,1 mil km de rede metropolitana com praticamente 100% de rede própria. Possui presença em 9 estados brasileiros e atua em 307 cidades, com um market share relevante especialmente nos estados de Mato Grosso, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Possui uma base de clientes robusta com 4,2 mln de homes passed[1] e 1,06 milhões de homes connected[2] considerando as aquisições recentes.

O business plan da empresa é bastante agressivo, adotando uma estratégia de crescimento inorgânica por meio de aquisições de outros provedores de internet com um histórico de aquisições e integração de 56 companhias. Dessa forma a companhia consegue capturar sinergia e ganhos de escala para a operação.

Em jan/25, a Brasil TecPar recebeu um investimento inicial de R$ 300 milhões da Macquarie Capital, que passa a fazer parte da estrutura societária da empresa com uma participação de 16%. O acordo de investimentos permite que a Macquarie aumente a sua participação em até R$ 1,5 bln nos próximos 4 anos de modo a acompanhar o plano estratégico de negócios da companhia.

A S&P atribuiu o rating A+ para a 3ª emissão da Brasil TecPar reiterando a expectativa da agência de que a empresa continuará crescendo de forma orgânica e inorgânica nos próximos anos, mantendo a sua posição de mercado.

A operação conta com uma pacote de garantias robusto incluindo a alienação fiduciária dos bens móveis correspondentes à rede de cabeamento de fibra óptica e equipamentos de rede que devem corresponder a 100% do saldo devedor da emissão e a cessão fiduciária de recebíveis oriundos de contratos comerciais da TecPar que devem corresponder a 15% do saldo devedor.

[1]Domicílios aptos a receber uma conexão. [2]Domicílios efetivamente conectado á rede.

ORIG12 – Origem Energia S.A.

A Origem Energia é uma empresa local independente com modelo de negócios verticalizado para a Exploração e Produção (E&P) de Petróleo e Gás incluindo a Infraestrutura associada para processamento, armazenagem e transporte. A empresa conta com infraestrutura própria para a exploração e venda de óleo e gás sendo 300 km de gasodutos conectados à TAG e a um terminal de exportação, uma unidade de processamento de gás de 1,8 mln m3/ dia, um reservatório com capacidade de armazenagem de 1,5 bln m3, duas termelétricas com 250 MW de capacidade instalada e uma concessão de terminal de exportação de petróleo.

A companhia possui dois campos operacionais: (i) Cluster Alagoas (97% da produção) e (ii) Cluster Tucano Sul (3% da produção). Ambos são ativos desinvestidos pela Petrobras compostos por campos onshore. No 3T23, a produção foi de 11,3 kboe/ dia, segmentada em 76% de gás e 24% de óleo. A produção aumentou em 158% desde o início da operação dos campos pela Origem.

A Origem Energia tem como seu principal acionista o fundo PSS Energy, com 96% das ações. O fundo é gerido pela Prisma Capital. As duas emissões contam, de forma compartilhada, com a cessão fiduciária de dividendos e quaisquer recebíveis das subsidiárias da emissora como garantia, além das garantias reais outorgadas no âmbito da 1ª Emissão da Origem Alagoas (vencimento em 2028). A debênture conta com covenants financeiros, cujo os principais são a restrição para contrair novas dívidas pela Emissora exceto quando Dívida Líquida/EBITDA consolidado ≤ 3,0x a partir de 2024 e restrição a distribuição de dividendos e redução de capital pela Emissora em caso de Dívida Líquida/EBITDA consolidado > 1,75x. As duas emissões contam com Rating A local atribuído pela Fitch Ratings.

Descrição e Monitoramento dos Ativos

VERO35 – Vero S.A.

A Vero é uma das maiores ISPs independentes do Brasil, expandindo sua presença para 420 cidades no Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Possui um market share de 19% em todas as cidades e 22% nas cidades maduras. A empresa tem 78 mil km de infraestrutura de fibra óptica, sendo 23,7 mil km em backbone próprio e 54,3 mil km em FTTH. A Vero finalizou a fusão com America-Net em Dez'23, expandindo a operação móvel e B2B no portfolio da Vero e agregando serviços digitais na base de clientes da ANET, além de sinergias de capex e opex. Para os próximos anos, a Vero pretende seguir investindo na expansão da rede de fibra e do portfólio de clientes, com oferta de serviços de maior valor agregado, otimização dos investimentos em equipamentos e conectividade, e a venda cruzada de produtos no B2C (business-to-consumer) e no B2B. Os acionistas majoritários da Vero são Vinci Partners com 38,26% e Warburg Pincus com 22,45%.

Após o M&A, a Vero atingiu uma receita LTM no 3T25 de R$ 1,73bi e EBITDA de R$ 906mi, com alavancagem dívida líquida / EBITDA ~3,08x. Ademais, a empresa tem reportado margem EBITDA acima de 50% devido à captura de sinergias com a America Net, à oferta de serviços OTT (over-the-top) premium e ao cross-selling com serviços móveis utilizando o modelo de MVNO (mobile virtual network operator).

A S&P atribuiu o rating brA+ para a 5ª emissão de debêntures da Vero, com garantia quirografária, refletindo a expectativa de que a Vero continuará expandindo suas operações para cidades ao redor de sua rede existente e aumentando a taxa de ocupação de sua rede, mantendo sua relevância entre os provedores independentes da banda larga fixa.

GATU11 – Marangatu Holding S.A.

Marangatu Holding S.A. é uma subholding não operacional subsidiária da SPIC Brasil Energia Participações S.A. (70%) e da Canadian Solar Brasil FIP (30%). Marangatu possui controle integral de 12 SPEs que juntas formam o complexo de geração solar fotovoltaica Marangatu. As SPEs detém autorizações para construir e operar 12 UFVs no município de Brasileira/PI, a cerca de 180 km de Teresina, pelo prazo de 35 anos, vigência até Maio/2056.

O Projeto encontra-se em 100% operacional com COD em Abril/2024 e possui uma capacidade instalada total de 446 MWp. O Projeto possui 74% da garantia física de 114,4 MWm contratada, de maneira uniforme, para as doze SPEs através das PPAs com Furnas (AAbra Fitch) – 76 MWm por 15 anos - e CEMIG (AAA bra Fitch) – 9 MWm por 18 anos. A performance do projeto em termos de geração de energia não foi avaliada;

A operação conta com um robusto pacote de garantias, que incluem alienação fiduciária de ações da emissora e das SPEs, de equipamentos e cessão fiduciária de recebíveis e das contas vinculadas. Além disso, a operação conta com fiança corporativa proporcional.

Estratégia de Investimento Yield

QLPA11 e QLPA21 – Qluz Participações S.A.

A Qluz Joinville Concessionária de Iluminação Pública SPE S.A. é uma SPE controlada pela Qluz Participações S.A. que detém o contrato de concessão administrativa para a implantação, operação e manutenção do parque de iluminação pública do Município de Joinville, no estado de Santa Catarina por um prazo de 22 anos. No âmbito do contrato de concessão, a empresa é responsável pela (i). instalação de lâmpadas de LED em 58.310 pontos de iluminação pública, (ii). implantação de um sistema de telegestão para a iluminação pública; e (iii). elaboração de 135 projetos de iluminação especial.

A concessionária é remunerada via contraprestação mensal advinda dos recursos arrecadados pelo Município de Joinville com a Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública ("COSIP"). A COSIP é cobrada pela distribuidora local (Celesc) na conta de luz dos consumidores do município e repassada para uma conta vinculada ao contrato de concessão. A contraprestação máxima é de BRL ~18,1 mln/ano (data-base Fev'25) e é reajustada a cada 12 meses pelo IPCA. 80% do valor da contraprestação é fixo, sujeito a um ramp-up conforme marcos contratuais de avanço na modernização do parque de iluminação pública. Os outros 20% são variáveis conforme apuração de um índice de desempenho operacional.

A Qluz é subsidiária integral do grupo Quantum. O grupo foi fundado em 1990 no estado de Santa Catarina e possui uma atuação focada na prestação de serviços de engenharia para os setores elétrico e de iluminação pública. A Quantum é responsável pela gestão de ~379 mil pontos de Iluminação Pública em 18 municípios.

O racional de crédito da operação em estrutura project finance non-recourse é baseado no risco de conclusão da modernização do parque de iluminação pública e arrecadação da COSIP. A dívida é sênior e possui um pacote de garantias em primeiro grau que inclui a Alienação Fiduciária de Ações da Emissora, Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da COSIP, Direitos emergentes do Contrato de Concessão, Apólices de Seguro e Contratos do Projeto. A debênture foi emitida em duas séries distintas. A primeira série (QLPA11) foi estruturada como uma dívida mezanino com prazo de 8 anos, pagamento de juros semestrais, carência de 3 anos e amortização customizada. Essa dívida será amortizada com o pagamento dos dividendos futuros da concessão de Joinville. Já a segunda série (QLPA21) apresenta prazo de 18 meses, com amortização e pagamento de juros bullet, ou seja, no vencimento. A operação foi estruturada como um empréstimo-ponte que deverá ser amortizado por meio de nova dívida de longo prazo integralmente amortizável.

AEGE16 – Equipav Saneamento S.A.

A Equipav é uma plataforma de investimento com atuação em projetos de infraestrutura no Brasil há mais de 60 anos, com foco em saneamento e rodovias. A empresa é controlada pelas famílias Vettorazzo e Toledo, cada uma com participação de 50%. A emissora é uma holding não operacional da Equipav que investe no setor de saneamento através de sua controlada Aegea Saneamento na qual detém 53% de participação, e a maior empresa de saneamento privado brasileiro, servindo mais de 39 milhões de clientes em 15 estados e com mais de 56% do market share do setor privado de saneamento, atuando na operação e gestão de sistemas de saneamento e esgoto. O portfólio da Aegea se deu, principalmente, por meio de aquisições que engloba concessões e PPPs em +500 cidades com prazo médio de contratos de 31 anos.

Em abr/25 a Aegea venceu o leilão de três novos blocos de saneamento no estado do Pará, com Capex total estimado de R$ 15,2 bi para a universalização dos serviços de água e esgoto até 2033 e contam com pagamentos de R$ 1,4 bi em outorga fixa.

Além disso, os crescentes investimentos na recuperação de ativos têm beneficiado as margens da companhia: a Corsan, que respondeu por cerca de 36% do EBITDA consolidado no primeiro trimestre de 2025, já reportou margem superior a 60% no período, patamar também atingido pela Águas de Teresina, onde as perdas de água foram reduzidas de 53% em 2017 para 30% no 1T25, enquanto a cobertura de esgoto aumentou de 19% para 62% no mesmo período.

Em ago/25 a Aegea expandiu suas operações para o negócio de tratamento de resíduos sólidos por meio da compra da Ciclus Ambiental da Simpar, trata-se do maior centro de tratamento de resíduos do Brasil e um dos 5 maiores da América Latina, recebendo mais de 400 caminhões com 10 mil ton de lixo todos os dias. O aterro também possui uma planta de processamento dos resíduos em biometano que produz mais de 60% de todo gás biometano do país e conta com 3,7 bi de m^2 de área e grande parte dela ainda não está sendo utilizada. A venda saiu a um equity value de R$ 1,1 bi e um enterprise value de R$ 1,9 bi, onde 80% será pago à vista e o restante em duas parcelas, sendo a primeira em fev/26 e a segunda em fev/27, corrigidas pelo CDI.

A S&P atribuiu o rating brA+ para a 6ª emissão de debêntures da Equipav Saneamento, refletindo a previsibilidade dos fluxos de caixa oriundos das operações da Aegea.

Estratégia de Investimento Yield

25L2408810 – CRI Alta

A Alta Energia é uma empresa dedicada ao desenvolvimento e implantação de soluções de infraestrutura energética para clientes industriais, agroindustrial, imobiliário e de mineração, com foco em parcerias para redução de custos e riscos. A companhia está inserida no ecossistema da Paraty Energia, que atua como plataforma de investimento, gestão no setor elétrico e comercialização de energia.

Os recursos do CRI Alta serão destinados ao desenvolvimento e implantação de uma subestação de energia elétrica para utilização da Itaminas (mineradora brasileira focada na extração e comercialização de minério de ferro, com foco de atuação em Minas Gerais) por meio de contrato na modalidade *build-to-suit*. Alta Energia atua como responsável pela implantação do ativo.

O pacote de garantias inclui a cessão fiduciária, de 10% dos recebíveis atuais e futuros oriundos do contrato entre Itaminas e um grande grupo siderúrgico nacional, a cessão fiduciária da conta vinculada, a alienação fiduciária de quotas da Alta Energia, o penhor dos equipamentos, a alienação fiduciária de direito real de superfície e fiança corporativa da Paraty Energia.

RBR Infra DI Renda Mais

Março 2026 | Relatório Mensal

Características Gerais do Fundo

Razão Social

RBR Infra DI Renda Mais Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura Renda Fixa Responsabilidade Limitada

Código Cetip

6070025UN1

CNPJ

60.022.798/0001-02

Objetivo

Proporcionar rendimentos aos cotistas por meio de investimentos em títulos privados de dívida nos setores relacionadas a Infraestrutura preponderantemente na aquisição de Debêntures Incentivadas de Infraestrutura

Segmento

Infraestrutura

Gestor

RBR Infra Gestora de Recursos Ltda.

Administrador

XP Investimentos Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Público-alvo

Investidores em geral

Início do Fundo

06/05/2025

Prazo de Duração:

7 anos

Ambiente de Negociação das Cotas

Mercado de Balcão (MDA B3 CETIP)

Data-base (Rendimentos)

Último dia útil do mês anterior à distribuição

Pagamento de Rendimentos

Até o 8º útil dia do mês

Cotas Emitidas

1ª Emissão – 1ª Tranche (06/05/25): 854.475
1ª Emissão – 2ª Tranche (04/06/25): 764.615

Números de Cotistas

4.283

Rentabilidade Alvo

1,0% a 2,0% acima do CDI

Taxa de Gestão e Administração

1,25% a.a.

Taxa de Performance

20% do montante dos rendimentos efetivamente distribuídos que excederem a variação do CDI, apurada anualmente no término do exercício social do fundo.

Exercício Social

Fevereiro

Tributação

Isenção IRPF (rendimentos e ganhos de capital)

Patrimônio Líquido 31.03

R$ 161,5 milhões

As informações contidas nesta apresentação não podem ser consideradas como única fonte de informações no processo decisório do investidor, que, antes de tomar qualquer decisão, deverá realizar uma avaliação minuciosa do produto e respectivos riscos, face aos seus objetivos pessoais e ao seu perfil de risco ("*Suitability*"). Assim, não é possível prever o desempenho futuro de um investimento a partir da variação de seu valor de mercado no passado. É recomendada a leitura cuidadosa do Formulário de Informações Complementares e regulamento do fundo de investimento pelo investidor ao aplicar seus recursos.

Este boletim tem caráter meramente informativo, destina-se aos cotistas do Fundo, e não deve ser entendido como análise de valor mobiliário, material promocional, solicitação de compra ou venda, oferta ou recomendação de qualquer ativo financeiro ou investimento. Recomendamos consultar profissionais especializados e independentes para eventuais necessidades e questões relativas a aspectos jurídicos, tributários e de sucessão. As informações veiculadas, os valores e as taxas são referências as datas e as condições indicadas no material, e não serão atualizadas. Verifique a tributação aplicável. As referências aos produtos e serviços são meramente indicativas e não consideram os objetivos de investimento, a situação financeira, ou as necessidades individuais e particulares dos destinatários. O objetivo de investimento não constitui garantia ou promessa de rentabilidade. Os dados acima consistem em uma estimativa e não asseguram ou sugerem a existência de garantia de resultados ou informações nele contidas. Adicionalmente, não se responsabilizam por decisões dos investidores acerca do tema contido neste material nem por ato ou fato de profissionais e especialistas por ele consultados. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Fundos de Investimento não são garantidos pelo administrador do fundo, gestor da carteira, por qualquer mecanismo de seguro, ou ainda, pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC). Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa tanto do prospecto quanto do regulamento do Fundo, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e a política de investimento do Fundo, bem como as disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que este está exposto. Os riscos eventualmente mencionados neste material não refletem todos os riscos, cenários e possibilidades associados ao ativo. O investimento em determinados ativos financeiros pode sujeitar o investidor a significativas perdas patrimoniais. Ao investidor cabe a responsabilidade de se informar sobre todos os riscos, previamente a tomada de decisão sobre investimentos. Ao investidor caberá a decisão final, sob sua única e exclusiva responsabilidade, acerca dos investimentos e ativos mencionados neste material. Para obter informações sobre objetivo, público-alvo e riscos, consulte o regulamento do Fundo. São vedadas a cópia, a distribuição ou a reprodução total ou parcial deste material, sem a prévia e expressa concordância do administrador e do gestor do Fundo.

Autorregulação ANBIMA – Administração Fiduciária

Autorregulação ANBIMA – Gestão de Recursos

PRI Principles for Responsible Investment

RBR Asset Management
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1.400 Cj. 122
São Paulo, SP - CEP: 04543-000
Tel: +55 11 4083-9144 | contato@rbrasset.com.br
www.rbrasset.com.br

Glossário

***CapEx*:** *Capital Expenditure,* termo em inglês que significa investimentos em bens de capitais.

Cash waterfall: mecanismo que define a prioridade do destino de cada fluxo financeiro.

***Club deal*:** conjunto de empresas ou fundos que se unem com o objetivo de adquirir um título de dívida ou uma empresa.

COD: Início de operação comercial

***Conta escrow*:** conta na qual é depositado o valor de uma garantia, até que as condições para sua liberação sejam satisfeitas.

Correção Monetária: São ajustes contábeis e financeiros, exercidos para adequação da moeda em relação a inflação. Eles são realizados por meio de atualização do saldo devedor da operação pelo indexador de referência.

***Covenants*:** cláusulas restritivas presentes em contratos de dívida que tem como objetivo a proteção dos credores.

Debêntures: As debêntures são títulos representativos de dívida emitidos por empresas com o objetivo de captar recursos para diversas finalidades, como, por exemplo, o financiamento de seus projetos. Os investidores, ao adquirem esses papéis, têm um direito de crédito sobre a companhia e recebem remuneração a partir dos juros.

Debêntures Incentivadas de Infraestrutura: Debêntures emitidas com base no artigo 2º da Lei nº 12.431 de 24 de junho de 2011

Dívida Líquida: endividamento total bruto da companhia subtraído de seu caixa livre.

***Duration*:** A *Duration* de um ativo é a média ponderada do prazo que um investidor leva para recuperar um investimento realizado, geralmente medido em meses ou anos.

EBITDA: *Earnings Before Interest Tax Depreciation and Amortization* (EBITDA) é uma métrica que representa o lucro operacional da uma empresa.

EBITDAX: métrica utilizada no setor de óleo e gás correspondente ao EBITDA descontadas despesas de exploração.

EPCI: Engineering, Procurement, Construction and Installation (EPCI) é um tipo de contrato que compreende em um só instrumento o projeto, a construção, a compra de equipamentos e a montagem para determinada obra.

***Free float*:** indicador que informa o percentual de ações de determinada companhia que está livre para negociação no mercado.

Ganho de Capital: Diferença positiva entre o valor de venda de um bem e seu valor de compra.

ICSD: o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) é um indicador financeiro que mensura a capacidade do devedor em amortizar a dívida e pagar juros em um dado período

kboe/d: unidade de medida equivalente a milhares de barris de óleo equivalente por dia.

mm bbl: unidade de medida equivalente a milhões de barris.

MtM: Marcação a Mercado (*Market to market)*.

***Non-recourse*:** tipo de financiamento no qual o pagamento da dívida é limitado aos fluxos e às garantias específicos do projeto.

NTN-B: título público brasileiro pós-fixado indexado ao IPCA.

Pari-passu: termo em latim que significa proporcionalmente.

***Private Placement*;** rodada de investimento no qual ações ou títulos são vendidos para investidores e/ou instituições selecionadas previamente.

***Project finance*:** modalidade de estruturação financeira onde o serviço da dívida é suportado pelo fluxo de caixa gerado pelo projeto e tem como garantia seus ativos e recebíveis.

***Ramp-up*:** termo que representa que a performance comercial do projeto está em fase de crescimento.

Reservas 1P, 2P e 3P: categorização das reservas de óleo e gás dependendo da relação entre volume explorado comercialmente e o volume estimado em análises probabilísticas. (i) Provadas (1P) probabilidade mínima de 90% do volume explorado ser igual ou maior ao estimado em análises probabilísticas, (ii) Prováveis (2P) probabilidade mínima de 50% e (iii) Possíveis (3P) probabilidade mínima de 10%.

***Road show*:** série de apresentações feitas por uma empresa a potenciais investidores normalmente em processo de emissão de dívidas ou ações.

Securitização: processo de agrupamento de vários ativos financeiros em um único ativo padronizado e negociável.

Serviço da dívida: parcela de pagamento da dívida composta por juros e principal.

SPE: Sociedade de Propósito Específico (SPE) é um modelo de organização empresarial pela qual se constitui uma empresa que tem um objetivo específico pré-determinado.

Glossário

***Spread*:** Diferença da taxa cobrada de uma operação e a taxa de referência (ex. NTN-B) de mesma *duration.*

***Swap*:** derivativo financeiro para a troca de ativos com fluxos financeiros por período determinado, sendo um com o valor fixo e outro atrelado a uma variável, como uma taxa de câmbio ou um índice de preços.

***Take or pay*:** modalidade de contrato que define uma quantidade mínima de produtos ou serviços a serem disponibilizados e fixa um valor mínimo a ser pago por tais produtos ou serviços, independentemente de serem usufruídos.

TIR*:* Taxa Interna de Retorno de um investimento.

UFV: Usina de Energia Solar Fotovoltaica

***Yield*:** retorno obtido em um investimento após determinado período**.**